



Juventudes em Foco

“Ele veio morar entre nós!” (Jo 1,14)

Campanha da Fraternidade, direitos humanos e realidade juvenil são o tema do segundo artigo da série Juventudes em Foco.

Rafael Pereira Cousen / Foto: iStock - DEBOVE SOPHIE

A Campanha da Fraternidade teve seu início no ano de 1962 em algumas cidades do Rio Grande do Norte e, em 1963, os Bispos do Brasil decidiram que a partir do próximo ano a CF aconteceria em âmbito nacional. Essa decisão foi tomada pelos bispos brasileiros inspirados e motivados pela renovação que o Concílio Vaticano II estava propondo. Em 1964, instaurada a ditadura militar no Brasil, a CF procurou ser um elo de fraternidade dentro da Igreja Católica, gerando profundas reflexões sobre os problemas mais urgentes que chamavam a atenção da realidade histórica no nosso país.

Anos antes dessa preciosa iniciativa da Igreja Católica brasileira, na Assembleia Geral da ONU de 10 de dezembro de 1948, logo depois da trágica Segunda Grande Guerra, nascia o que chamamos de Declaração Universal dos Direitos Humanos. Diante da trágica escolha feita para que se adotasse a guerra como solução de tamanha problemática, se declarou a partir daquela data que é necessário “o reconhecimento da dignidade inerente a todos os seres humanos e de seus direitos iguais e inalienáveis” (DUDH; p. 3) sendo este o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo.

Isso está escrito no preâmbulo da Declaração, talvez porque somente o apelo à

consciência da humanidade não tenha sido o suficiente. Foi preciso uma guerra para se declarar o reconhecimento da dignidade e de direitos iguais e inalienáveis? Vejamos que Emicida tem razão quando canta a música “É tudo pra ontem” (2020), na qual diz: “É tão triste ter que vir coisa ruim pra nos unir e nem assim agora mano, vamo embora a tempo”. Ele está se referindo ao momento que passamos na pandemia da Covid-19, mas a frase cabe bem no contexto da Segunda Guerra.

Moradia e juventudes

Em 1993, a CF colaborou para que a Igreja Católica se debruçasse com maior seriedade sobre o tema da moradia. Mais de 30 anos depois, a temática volta com maior força porque a problema se tornou mais complexo e preocupante, tendo em vista vários fatores como, por exemplo, o sistema econômico neoliberal excludente, que gera uma enorme desigualdade social; o êxodo rural, a super valorização do mercado imobiliário, as pessoas em situação de rua, as favelas como áreas periféricas distantes dos centros com serviços básicos que são garantidos pela constituição, o déficit habitacional que gira em torno de 6 milhões de habitações, assim como a precariedade das habitações existentes com cerca 26 milhões que precisam melhorar suas estruturas (CNBB; p.49).

Essa realidade atinge de modo particular as juventudes, sobretudo aquelas oriundas das periferias urbanas, dos territórios empobrecidos e das populações historicamente marginalizadas. A dificuldade de acesso a moradia digna, somada à precarização do trabalho e à instabilidade econômica, compromete processos fundamentais da vida juvenil, como a construção da autonomia, a elaboração de projetos de vida e o exercício pleno da cidadania, revelando como a negação desse direito impacta diretamente as trajetórias juvenis.



Direitos fundamentais

Junto à Campanha da Fraternidade e no contexto da celebração dos 80 anos da

Declaração Universal dos Direitos Humanos, a propriedade e a moradia afirmam-se como direitos fundamentais, reconhecidos nos artigos XVII e XXV como expressões concretas da dignidade humana. A partir desse marco, a moradia passa a ser compreendida como direito inalienável, cuja garantia é responsabilidade do Estado, por estar diretamente vinculada às condições mínimas de vida digna e de bem-estar (DUDH; p. 3). Contudo, mesmo diante da importância desse instrumento e da retomada da temática pela Campanha da Fraternidade, permanecem significativos desafios para a efetivação concreta desse direito.

Diante dessa realidade, “Ele veio morar entre nós” (Jo 1,14). Na Encarnação, a Palavra anunciada no Antigo Testamento se faz carne em Jesus de Nazaré, tornando visível, em suas escolhas e práticas, a relação de Deus com a humanidade. Ao assumir a condição humana, Jesus assume também a necessidade de um lugar para viver, revelando que a moradia integra o projeto de Deus para a vida digna.

No Antigo Testamento, a terra e a moradia são compreendidas como dom do Senhor, e não como objeto de acumulação (CNBB; p. 56). O direito à moradia está ligado à dignidade, à convivência e à sobrevivência por meio do trabalho (CNBB; p. 57). A experiência migrante do povo de Deus, que vivia em tendas rumo à terra prometida (Ex 3,8; Dt 31,20), expressa uma relação com a terra marcada pela partilha e pela acolhida, distinta da lógica contemporânea de mercantilização da moradia.

A morada do Senhor

No Novo Testamento a moradia de Deus se tornou o próprio ser humano. O Emanuel (Mt 1,23) agora está no meio do povo porque Ele escolheu estar neste “lugar”. “A condição humana de Jesus será o lugar da manifestação da glória de Deus” (CNBB; p. 60).

Ao olharmos para a vida de Jesus, do seu nascimento até sua morte na cruz, percebe-se que Ele viveu migrando de lugar para lugar. Na manjedoura, nas casas que entrava para os ensinamentos, para trazer a salvação, partilhar o pão, perdoar pecados, curar o paralítico, eram casas de pessoas que estavam excluídas, tanto na sociedade quando na religião. Betânia era a moradia onde Ele encontrava amizade, acolhimento e partilha com Marta, Maria e Lázaro. A moradia, a casa, era o “lugar das práticas catequéticas e celebrativas das comunidades primitivas” (CNBB; p. 61). Olhar por esse ângulo ajuda a entender o quanto uma moradia é sagrada, porque nela Jesus praticava aquilo que anunciava como Reino de Deus.

Ao mesmo tempo, a casa é o lugar da comunidade e onde ela se encontrava no primeiro século do cristianismo, apesar das perseguições que sofria. Ali havia acolhida, comunhão dos bens, solidariedade e a prática da Palavra ia ganhando forma e conteúdo, coerência e coesão, aproximação entre o que se fala e o que se faz. Interessante entender que a experiência do sagrado com Jesus acontece na casa e não no templo. Em tempos em que os cristãos valorizam muito a ida ao templo, a CF nos ajuda a pensar que o sagrado também pode ser vivido na casa do cristão, na moradia que chamamos de lar.



Desafios e escolhas

Assim, refletir sobre os comportamentos e escolhas de Jesus nos ajuda a compreender o distanciamento entre sua vida e a lógica dos sistemas econômicos e sociais construídos ao longo da história. O mundo é bom, e a criação é boa (Gn 1,31), porém o grande desafio reside no sistema econômico neoliberal que organiza esse mundo. Ao confrontarmos esse sistema com o projeto de Jesus, as profundas diferenças entre ambos nos interpelam e exigem uma leitura do Evangelho que vá além do texto, assumindo as práticas de Jesus como critério de análise da realidade em que estamos inseridos.

Essa reflexão torna-se ainda mais urgente quando consideramos as juventudes, frequentemente impactadas pela precarização em diversas dimensões da vida, e chamadas a discernir, desde cedo, entre lógicas que produzem exclusão e a lógica do Reino de Deus. Por isso, é necessário compreender essas duas lógicas - a econômica neoliberal e a do Reino de Jesus - para não correremos o risco de servir a dois senhores (Mt 6,24), lembrando as palavras do Papa Leão XIV ao afirmar que “na terra não há espaço para Deus se não houver espaço para o homem” (Leão XIV). Diante disso, permanecem perguntas que exigem resposta: como um país majoritariamente cristão convive com tamanha desigualdade e até que ponto a prática cristã tem expressado, de fato, a lógica do Reino de Deus?

Santo Irineu, em seus escritos “Contra as heresias”, defendeu a encarnação de Jesus como manifestação de Deus no ser humano, que abre ao ser humano a possibilidade de “ver” a Deus. Ele afirma que a “Glória de Deus é o homem que vive e a vida do homem consiste na visão de Deus” (IRINEU. p. 249). Assim, o que é necessário para que o ser humano atinja esse tipo de visão? Será que com suas necessidades básicas supridas ele conseguiria se dedicar mais livremente a essa realidade? Mas como poderemos viver dedicados a isso se falta o básico? Se não se tem uma moradia digna para organizar o caos que a vida gera diante da falta? Como se debruçar nessa realidade se as maiores preocupações do ser humano

ainda estão voltadas para o pão, a água, a migração, a vestimenta, a doença, o cárcere e a moradia? De que maneira conseguiremos acentuar a busca pela visão de Deus em nosso cotidiano se o próprio cotidiano nos demanda preocupações que são impeditivas para a busca dessa visão e, em consequência, para a vida do ser humano?

É tempo de novas escolhas

Temos pela frente uma complexa temática sugerida na CF de 2026 apoiada por uma Declaração Universal de Direitos Humanos e, como se isso não fosse suficiente, ainda podemos encontrar na encarnação do próprio Deus dentro da história humana razões suficientes para não deixar que esse tema passe à margem do nosso coração para assim afirmar: “Não encontramos qualquer tipo de justificação social, moral ou de outro gênero para aceitar a carência de habitação. São situações injustas, mas sabemos que Deus está a sofrê-las juntamente conosco, está a vivê-las ao nosso lado. Não nos deixa sozinhos” (CNBB; p. 88).

Ainda é tempo de novas escolhas, novas posturas para obtermos resultados que condigam com aqueles que estão de acordo com o Reino de Deus. Não há tempo para inércia, indiferença e falta de sensibilidade! Essa letargia pode nos levar à “morte” e, como nos diz Emicida (2020), “morte é quando a tragédia vira um costume pra diferença da qual ninguém tá imune, mas ouça de alguém que nasceu num tapume: é só na escuridão que se percebe os vagalumes”.

Não estamos mortos porque Jesus está no meio de nós. Talvez seja Ele o nosso grande vagalume que brilha na escuridão, nos animando diante desse mundo que é orientado por uma lógica que não reconhece o ser humano como digno de vida plena, mas antes o torna uma mercadoria que perde seu valor quando deixa de produzir.

O desafio é construir com os descartados uma lógica social que escolhe eliminar a pobreza para assim ver o mundo como Deus gostaria que o ser humano o visse. “Não temas, porque eu *sou* contigo; não te assombres, porque eu *sou* teu Deus; eu te fortaleço, e te ajudo, e te sustento com a destra da minha justiça” (Is 41,10).

Nesse caminho, as juventudes emergem como sujeitos históricos fundamentais na construção de alternativas solidárias e comunitárias, capazes de enfrentar as lógicas de exclusão que negam o direito à moradia e à vida digna. Ao reconhecer e fortalecer o protagonismo juvenil, a Igreja e a sociedade são chamadas a criar espaços reais de participação, escuta e corresponsabilidade, nos quais os jovens possam transformar indignação em compromisso e esperança em ação concreta. Temos muitas razões para seguir esperançosos. Avancemos!

Rafael Pereira Cousen é graduado em Filosofia e Teologia, especialista em Juventudes e mestre em Educação. É professor de Projeto Pessoal de Vida e assistente pedagógico no Colégio Salesiano de Itajaí, SC.





↶

**Reveja
Publicidade**

↷

**A seguir
Comunicação**



© 2026 Copyright - Boletim Salesiano Brasil